

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA COORDENADAS PELA SECRETARIA-GERAL

(Biênio 1996/1997)

Encerrado o II Encontro de Cabo Verde, passou logo esta Secretaria-Geral a dedicar-se ao desenvolvimento das atividades previstas no Programa de Cooperação 1996-1998, ali aprovado. Nossos esforços concentraram-se particularmente na efetivação das ações incluídas naquele Programa, sobretudo por terem sido elas consideradas essenciais pelo conjunto delegações presentes na Cidade da Praia.

Além das atividades previstas no citado Programa de Cooperação, constam deste Relatório as providências com vistas aos seguintes tópicos: organização do III Encontro, adotadas pela Secretaria-Geral em estreita colaboração com o Tribunal Administrativo de Moçambique; divulgação das realizações de nossa Comunidade; e elaboração de uma versão preliminar do Estatuto da Organização dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa.

Começaremos a descrever os atos de cooperação promovidos em nossa Comunidade, com a coordenação da Secretaria-Geral, nos anos de 1996 a 1997.

CURSOS

1 - Realizados no Centro de Estudos e Formação / Tribunal de Contas de Portugal:

Dirigentes e técnicos dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa participaram de cursos promovidos em Lisboa pelo Centro de Estudos e Formação. Essas atividades serão descritas no Relatório a ser apresentado pelo Tribunal de Contas de Portugal.

2 - Realizados no Instituto Serzedêllo Corrêa - ISC/TCU:

Em 1996

2.1 - Curso internacional organizado pelo ISC e Secretaria de Auditoria - SAUDI/TCU - Participação de técnicos do Tribunal de Contas de Portugal:

Os técnicos do Tribunal de Contas de Portugal Dr. José Manuel Martins e Dra. Maria Antonieta Coelho Santos participaram do curso *O Controle da Gestão Pública com Suporte nos Sistemas Informatizados da Administração Pública Federal*, promovido pelo ISC e pela Secretaria de Auditoria do TCU (SAUDI) na Cidade de Salvador, Bahia, no período de 16 a 27/09/96.

2.2 - Curso de Formação do ISC - Participação de técnica do Tribunal de Contas de Cabo Verde:

A Dra. Luísa Francisca Lopes, técnica do Tribunal de Contas de Cabo Verde, participou, no período de 28/10 a 27/11/96 dos cursos que integravam o Programa de Formação para os novos analistas do TCU e também de disciplinas externas a esse Programa escolhidas pela própria servidora. A duração total dos cursos foi de 154 horas.

2.3 - Curso promovido pela Secretaria de Contas do Governo - Participação de técnica do Tribunal de Contas de Cabo Verde:

A Dra. Luíza Francisca Lopes fez igualmente o curso *O Processo de Análise e Julgamento das Contas do Governo*, ministrado por técnicos daquela Secretaria de Contas do Governo - SECON, para servidores do TCU e profissionais de Tribunais de Contas estaduais brasileiros.

2.4 - Curso de Formação do ISC - Participação de técnicos do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe:

No período de 28/10 a 27/11/96, os técnicos do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe Dra. Anastácia Gomes Viana Rodrigues e Dr. Manuel Filipe F. Afonso Muniz freqüentaram o Curso de Formação do ISC, juntamente com novos analistas do TCU.

Em 1997:

2.5 - Curso internacional organizado pelo ISC/TCU e Secretaria de Auditoria - SAUDI/TCU - Participação de técnico do Tribunal Administrativo de Moçambique:

O Dr. Miguel Joaquim Calipa, do Tribunal Administrativo de Moçambique, participou do curso *O Controle da Gestão com Suporte nos Sistemas Informatizados da Administração Pública Federal*, realizado pelo ISC e pela Secretaria de Auditoria do TCU - SAUDI, na Cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, no período de 05 a 16/05/97.

2.6 - Participação de técnicas do Tribunal de Contas de Cabo Verde em cursos do ISC/TCU:

Em resposta à Carta-Circular CPLP nº 014/97, de 03/07/97, da Secretaria-Geral, o Tribunal de Contas de Cabo Verde solicitou a inclusão de suas técnicas Dra. Carla Melício e Dra. Natalina Spencer nos seguintes cursos do ISC: *Auditoria de Sistemas Computacionais, Estatística Aplicada à Auditoria, Análise de Demonstrações Financeiras, Fundamentos de Gerências, Planejamento, Organização e Controle, Windows Básico, Word for Windows e Windows Avançado*. Os cursos começaram em 15 de setembro e terminarão no mês de novembro (dia 07).

3 - Visitas dos técnicos da CPLP participantes do Curso de Formação do ISC/TCU ao Secretário-Geral:

Ao término do Curso de Formação do ISC, a técnica do Tribunal de Contas de Cabo Verde Dra. Luiza Francisca Lopes visitou a Secretaria-Geral da Comissão Mista. Na ocasião, transmitiu suas impressões sobre o Curso de Formação e fez sugestões no sentido de adaptá-lo às peculiaridades funcionais dos técnicos não brasileiros.

Posteriormente, estiveram também na Secretaria-Geral os servidores de São Tomé e Príncipe Dra. Anastácia Gomes Viana Rodrigues e Dr. Manuel Filipe F. Afonso Muniz, também participantes do Curso de Formação de 1996. De igual modo, foi-nos dado conhecer suas avaliações, críticas e sugestões sobre o Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento de Técnicos dos Tribunais de Contas da CPLP no ISC/TCU.

4 - Alteração das condições oferecidas a técnicos dos Tribunais de Contas da CPLP no Programa de Integração do TCU/ISC no Projeto dos PALOPS:

Em 16/12/96, o então Presidente do TCU, Ministro Marcos Vilaça, determinou a revogação do Termo de Referência do Programa de Integração do TCU no Projeto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOPS, de 05/05/94. Ao mesmo tempo, aprovou o Termo de Referência do Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento de Técnicos dos Tribunais de Contas da CPLP no TCU/ISC.

A substituição do Programa ocorreu por iniciativa desta Secretaria-Geral, que deu a conhecer à então Presidência do TCU o fato de as condições do antigo Termo de Referência não estarem mais atendendo às necessidades dos participantes estrangeiros de língua portuguesa. Nossa posição nesse particular fundamentou-se também na necessidade, apresentada àquela Presidência, de que a celebração do Memorandum de Entendimentos entre os Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, firmado em Lisboa, em 29/06/95, impunha uma série de mudanças com vistas a adaptar-se o Programa do ISC/TCU à nova realidade da cooperação entre os Tribunais.

Foram feitas, então, várias modificações nas condições proporcionadas pelo TCU aos participantes dos Tribunais de Contas da CPLP. Dentre elas destaque-se a elevação do valor da bolsa de estudos, a ampliação das opções de cursos colocados à disposição pelo ISC/TCU e a inclusão do Tribunal de Contas de Portugal no referido Programa.

Em 11/03/97, por meio da Carta-Circular CPLP nº 001/97, esta Secretaria-Geral comunicou a todos os Tribunais as alterações havidas no Programa. Igualmente encaminhou o novo Termo de Referência e a relação de todas as disciplinas que seriam ministradas no ISC/TCU ao longo do ano de 1997. Também solicitou a cada Instituição fossem indicadas aquelas de seu interesse.

Posteriormente, no dia 03 de julho último, pela Carta-Circular nº 014/97, remetemos novamente aos Tribunais uma listagem de cursos do ISC/TCU, desta vez contendo apenas os do segundo semestre.

5. Cursos a serem oferecidos pelo ISC/TCU em 1998:

A Secretaria-Geral deverá enviar em fevereiro de 1998 a programação do ISC/TCU para o ano de 1998. Seguindo-se a mesma sistemática de 1997, serão apresentadas aos Tribunais todas as disciplinas a serem ministradas ao longo do ano, solicitando-se que escolham aquelas de interesse para a participação de seus técnicos. Com isso, procura-se intensificar uma das principais ações inseridas no *Memorandum*.

ESTÁGIOS

1 - No Tribunal de Contas de Portugal:

Os estágios realizados por dirigentes e técnicos dos Tribunais de nossa Comunidade no Centro de Estudos e Formação também serão referidos no Relatório elaborado pelo Tribunal de Contas de Portugal.

2. No Tribunal de Contas da União (Brasil):

Em 1996:

2.1 - Estágio de técnica do Tribunal de Contas de Cabo Verde na Secretaria de Contas do Governo - SECON /TCU:

Em novembro de 1996, ao final do Curso de Formação, a técnica de Cabo Verde Dra. Luíza Francisca Lopes acompanhou auditoria realizada por analistas de finanças e controle externo da Secretaria de Contas do Governo - SECON/TCU sobre financiamento de projetos com recursos internacionais. O estágio durou uma semana e incluiu visitas ao Ministério do Planejamento e o acompanhamento do início da elaboração do relatório de auditoria.

Em 1997:

2.2 - Estágio de técnicas do Tribunal de Contas de Cabo Verde em Secretarias de Controle Externo do TCU:

Após o término dos cursos realizados a partir do dia 15 de setembro deste ano, as técnicas de Cabo Verde Carla Melício e Natalina Spencer Lima iniciarão estágio de duas semanas em três Secretarias de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Durante esse período as duas servidoras acompanharão, principalmente, o trabalho de exame e instrução de processos de prestações de contas. Além disso, terão oportunidade de estar com o Grupo de Privatização e se informarem a respeito do trabalho que é desenvolvido nessa área dentro da Instituição.

3 - Solicitação de técnico do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe:

O Inspetor de Finanças de São Tomé e Príncipe Dr. Heleno Leite Aguiar encaminhou solicitação no sentido de desenvolver um estágio de curta duração no TCU.

Em resposta, transmitimos a Sua Senhoria informações acerca do Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento implementado no ISC/TCU. Ao mesmo tempo, informamos que sua participação deveria ser solicitada oficialmente pelo Tribunal santomense.

4 - Oferecimento de estágios no TCU a todos os Tribunais de Contas da CPLP:

Ao encaminhar aos Tribunais a listagem das disciplinas oferecidas pelo ISC/TCU ao longo do segundo semestre de 1997 (Carta-Circular nº 014/97, de 03/07/97), esta Secretaria-Geral deu ciência de que a Presidência do TCU, na pessoa do Ministro Homero Santos, colocara à disposição de todas as Instituições de Contas da CPLP a oportunidade de seus técnicos realizarem estágios no Tribunal do Brasil.

Em princípio, o estágio se constituiria no acompanhamento de uma auditoria e seria organizado dentro de um programa específico para cada participante, o qual incluiria a realização de cursos no ISC. Todas as atividades, é bom acentuar, se dariam no âmbito do Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento desenvolvido no Instituto Serzedêllo Corrêa - SIC/TCU.

VISITAS OFICIAIS

1 - De Delegação do Tribunal Administrativo de Moçambique ao Tribunal de Contas da União:

Esteve em visita ao Brasil, no período de 16 a 25/08/96, o digno Juiz-Conselheiro Dr. António Luís Pale, Presidente do Tribunal Administrativo de Moçambique, acompanhado do Juiz-Conselheiro Dr. Januário Guibunda e do Assessor Dr. João Manuel Martins.

Os representantes do Tribunal de Moçambique estiveram no TCU nos dias 19 e 20/08, quando foram recebidos pelo então Presidente do TCU, Ministro Marcos Vilaça. Visitaram o Instituto Serzedello Corrêa / ISC, as Secretarias de Auditoria, de Informática, de Contas do Governo e a 7ª Secretaria de Controle Externo.

O restante da programação incluiu visitas a várias entidades dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, tais como o Supremo Tribunal Federal, as

Comissões de Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e a Secretaria do Tesouro Nacional, esta no Ministério da Fazenda.

2 - De delegação do Tribunal de Contas da União ao Tribunal de Contas de Portugal:

Entre os dias 11 e 14/04/97, o Presidente do TCU, Ministro Homero Santos, juntamente com o Ministro Carlos Átila Álvares da Silva e o Assessor de Relações Internacionais Sérgio Freitas de Almeida, visitou o Tribunal de Contas de Portugal.

A delegação brasileira encontrou-se com o Presidente do TCP, eminente Juiz-Conselheiro Dr. Alfredo José de Sousa, e com o Diretor-Geral, o diligente Juiz-Conselheiro Dr. José Tavares, e demais ilustres Conselheiros. Nesses contatos foram debatidos temas como privatização, reformas constitucionais e informatização. Os Membros da Corte de Contas Portuguesa puderam ouvir do Ministro Carlos Átila, Coordenador do Comitê de Informática do TCU, exposição a respeito do trabalho de informatização do Tribunal brasileiro e sua importância na eficiência e na eficácia do controle de gastos públicos.

3 - De delegação do Tribunal de Contas de Cabo Verde ao Tribunal de Contas da União:

Em decorrência de convite do Presidente Homero Santos, que reiterou convite anterior formulado pelo Ministro Marcos Vilaça quando na Presidência do TCU, está prevista para ainda este ano, no próximo mês de novembro, a visita do digno Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Juiz-Conselheiro Anildo Martins, que tão superiormente presidiu o II Encontro dos nossos Tribunais na Cidade da Praia.

INTERCÂMBIO DE MATERIAL TÉCNICO E DOCUMENTAÇÃO

Desde a assinatura, em Lisboa, do Memorandum de Entendimentos, em 29/06/95, os Tribunais de Contas da União e de Portugal vêm distribuindo às Instituições congêneres exemplares de suas Revistas. As do TCU têm sido distribuídas pela Secretaria-Geral.

Além das Revistas do Tribunal de Contas da União, cuja mais recente remessa foi a dos números 67, 68 e 69 (Carta-Circular CPLP nº 009/97, de 26/05/97), a Secretaria-Geral fez chegar aos Tribunais de Contas da Comunidade, nos anos de 1996 e neste, entre outros, os itens abaixo:

- Revistas dos Tribunais de Contas dos Estados brasileiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, encaminhadas pela Carta-Circular CPLP 007/96, de 03/06/96;
- Os seguintes livros de Direito Administrativo e de Direito Financeiro e Tributário, remetidos pela Carta-Circular nº 008/96, de 26/06/96:

- *Direito Administrativo Brasileiro*, de Hely Lopes Meireles;
- *Curso de Direito Administrativo*, de Celso Antônio Bandeira de Mello;
- *Direito Administrativo Moderno*, de Odete Medauar;
- *Direito Administrativo*, de Maria Sylvia Zanella di Pietro;
- *Direito Financeiro e Tributário*, de Ricardo Lobo Torres;
- *Curso de Direito Financeiro e Tributário*, de Celso Ribeiro Bastos;
 - *Manual de Direito Financeiro e Direito Tributário*, de Luiz Emygídio F. da Rosa Júnior;
- Boletim Informativo *Guia Brasil* nº 16, edição comemorativa da assinatura da declaração constitutiva da CPLP, encaminhado pela Carta-Circular CPLP nº.020, de 10/12/96;
- Boletim Informativo *União*, edições especiais dedicadas aos tópicos *Contrato de Gestão* e *Privatização*, encaminhadas pela Carta-Circular CPLP nº.005, de 16/05/97;
- Manual de Auditoria do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Portaria nº 63, de 27/02/96, encaminhado pela Carta-Circular CPLP 006/97, de 16/05/97;
- Revista de Direito Administrativo nº 206, encaminhada pela Carta-Circular nº 020/97, de 27/08/97;
- Boletim Informativo *Guia Brasil* nº 21, relativo ao bimestre janeiro / fevereiro de 1997, encaminhado pela Carta-Circular CPLP nº.024, de 01/10/97.

DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DA COMUNIDADE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Desde sua constituição, empenha-se a Secretaria-Geral da Comissão Mista em divulgar as realizações de nossa Comunidade. Com esse objetivo forma redigidos por ocasião da assinatura da Declaração Constitutiva da CPLP, o artigo A Cooperação entre os Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, impresso nos periódicos brasileiros Revista de Direito Administrativo, Revista do Tribunal de Contas da União e Guia Brasil (publicação da Embaixada do Brasil em Lisboa).

Após o Encontro de Cabo Verde, foram elaboradas notas para as revistas África Hoje, Lusofonia e para o Guia Brasil. Posteriormente, preparou-se o artigo O Encontro dos Tribunais de Contas em Cabo Verde, encaminhado para publicação na Revista do Tribunal de Contas da União, na Revista de Direito Administrativo e na Revista do Tribunal de Contas de Portugal.

Cabe assinalar ainda que a Secretaria-Geral tem divulgado freqüentemente, no Boletim Informativo do TCU, o União, notícias a respeito das realizações de nossa comunidade.

Ao lado dessa difusão na imprensa especializada e nas publicações técnicas, vimos mantendo permanente contato com a CPLP. Temos recebido da Secretaria-Executiva daquela Comunidade material a seu respeito, inclusive artigos assinados por seus idealizadores e periódicos como Lusofonia e Perfil Luso-Afro-Brasileiro. A propósito, em abril deste ano, encaminhamos ao Secretário Marcolino Moco cópias de nosso Memorandum de Entendimentos e dos dois artigos acima citados.

Ainda sobre a CPLP, registro o convite recebido para participar da Sessão Inaugural da I Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ocorrida em Salvador, Bahia, nos dias 17 e 18 de julho deste ano. A abertura do evento se deu na data da celebração do primeiro aniversário da instituição da CPLP, quando se comemorava o Dia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

PREPARAÇÃO DO III ENCONTRO

Desde março deste ano, quando o Presidente do Tribunal Administrativo de Moçambique, Juiz-Conselheiro Dr. António Luís Pale, definiu a data de realização do III Encontro, vimos trabalhando em sua preparação e organização, sempre lado a lado com o Tribunal anfitrião.

Com esse Tribunal vimos tratando de vários aspectos relacionados ao III Encontro, como os trabalhos administrativos e técnicos a se realizarem durante o evento, o material a ser utilizado, a colaboração de pessoal técnico do TCU, a definição da agenda e outros pontos correlatos.

Afora as correspondências específicas trocadas com o Tribunal de Moçambique, a Secretaria-Geral tem prestado aos Tribunais da Comunidade todas as informações relacionadas ao Evento, dando condições a que acompanhem as medidas que vem sendo tomadas. Iniciando pela comunicação sobre a data do III Encontro, temos encaminhado às sete Instituições, e também ao Tribunal de Contas de Macau - que participará como observador - comunicações tratando da seleção dos temas, inscrição no Evento, elaboração dos trabalhos e outros assuntos.

ELABORAÇÃO DA PRIMEIRA VERSÃO DO ESTATUTO DA ORGANIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para ser apreciado durante o III Encontro, montamos uma primeira versão do Estatuto da Organização dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa. Na realização desse trabalho tivemos a preocupação de seguir fielmente as disposições do Memorandum de Entendimentos. Também para

debate, acrescentamos dispositivos de natureza regimental, e que poderão, a critério dos Senhores Ministros, ser acrescentados à proposta de Estatuto.